



ANEXO III DO PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO			
Tipo de Requerimento de Intervenção Ambiental	Núm. do Processo	Data Formalização	Unidade do SISEMA responsável pelo processo
Intervenção Ambiental SEM AAF	04010000629/18	24/07/2018 10:38:51	NUCLEO CARATINGA
2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL			
2.1 Nome: 00338560-6 / ONOFRE NASCIMENTO DOS REIS		2.2 CPF/CNPJ:	
2.3 Endereço:		2.4 Bairro:	
2.5 Município: IMBE DE MINAS		2.6 UF: MG	2.7 CEP: 35.325-000
2.8 Telefone(s):		2.9 E-mail:	
3. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL			
3.1 Nome: 00338560-6 / ONOFRE NASCIMENTO DOS REIS		3.2 CPF/CNPJ:	
3.3 Endereço:		3.4 Bairro:	
3.5 Município: IMBE DE MINAS		3.6 UF: MG	3.7 CEP: 35.325-000
3.8 Telefone(s):		3.9 E-mail:	
4. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL			
4.1 Denominação: Sítio Pais e Filhos - Corrego do Ouro		4.2 Área Total (ha): 24,0409	
4.3 Município/Distrito: IMBE DE MINAS/Sede		4.4 INCRA (CCIR):	
4.5 Matrícula no Cartório Registro de Imóveis: 39,455 Livro: 02 Folha: 01 Comarca: CARATINGA			
4.6 Coordenada Plana (UTM)	X(6): 189.530	Datum: SIRGAS 2000	
	Y(7): 7.822.918	Fuso: 23K	
5. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL DO IMÓVEL			
5.1 Bacia hidrográfica: rio Caratinga			
5.2 Conforme o ZEE-MG, o imóvel está () não está (X) inserido em área prioritária para conservação. (especificado no campo 11)			
5.3 Conforme Listas Oficiais, no imóvel foi observada a ocorrência de espécies da fauna: raras (), endêmicas (), ameaçadas de extinção (); da flora: raras (), endêmicas (), ameaçadas de extinção () (especificado no campo 11).			
5.4 O imóvel se localiza () não se localiza (X) em zona de amortecimento ou área de entorno de Unidade de Conservação. (especificado no campo 11).			
5.5 Conforme o Mapeamento e Inventário da Flora Nativa do Estado, 11,72% do município onde está inserido o imóvel apresenta-se recoberto por vegetação nativa.			
5.6 Conforme o ZEE-MG, qual o grau de vulnerabilidade natural para o empreendimento proposto? (especificado no campo 11)			
5.7 Bioma/ Transição entre biomas onde está inserido o imóvel			Área (ha)
Mata Atlântica			24,0409
Total			24,0409
5.8 Uso do solo do imóvel			Área (ha)
Nativa - sem exploração econômica			4,8082
Total			4,8082

5.9 Regularização da Reserva Legal – RL				
5.10 Área de Preservação Permanente (APP)				Área (ha)
5.10.1 APP com cobertura vegetal nativa				1,7392
5.10.3 Tipo de uso antrópico consolidado		Agrosilvipastoril		9,9145
		Outro:		
6. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA E PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
Tipo de Intervenção REQUERIDA			Quantidade	Unidade
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoca			2,0000	ha
Tipo de Intervenção PASSÍVEL DE APROVAÇÃO			Quantidade	Unidade
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoca			2,0000	ha
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
7.1 Bioma/Transição entre biomas				Área (ha)
Mata Atlântica				24,0409
7.2 Fisionomia/Transição entre fisionomias				Área (ha)
Floresta Estacional Semidecidual Submontana Secundária Médio				14,2131
8. COORDENADA PLANA DA ÁREA PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
8.1 Tipo de Intervenção	Datum	Fuso	Coordenada Plana (UTM)	
			X(6)	Y(7)
Supressão da cobertura vegetal nativa COM destoca	SIRGAS 2000	24K	189.176	7.823.040
9. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA				
9.1 Uso proposto	Especificação			Área (ha)
Agricultura	Plantio de café			2,0000
Total				2,0000
10. DO PRODUTO OU SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
10.1 Produto/Subproduto	Especificação		Qtde	Unidade
10.2 Especificações da Carvoaria, quando for o caso (dados fornecidos pelo responsável pela intervenção)				
10.2.1 Número de fornos da Carvoaria:	10.2.2 Diâmetro(m):	10.2.3 Altura(m):		
10.2.4 Ciclo de produção do forno (tempo gasto para encher + carbonizar + esfriar + esvaziar):			(dias)	
10.2.5 Capacidade de produção por forno no ciclo de produção (mdc):				
10.2.6 Capacidade de produção mensal da Carvoaria (mdc):				

5.6 Especificação grau de vulnerabilidade: Baixa.

12. PARECER TÉCNICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS**PARECER TÉCNICO****1. HISTÓRICO**

Data de formalização do processo: 27 / 03 / 2018

Data de solicitação de informações complementares: não se aplica

Data do recebimento de informações complementares: não se aplica

Data da vistoria: 18/02/20

Data de emissão do parecer técnico: 28/04/20

2. OBJETIVO

Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca para uso alternativo do solo em uma área de 2,0ha.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO**3.1. Imóvel rural**

O imóvel denominado sítio Pais e Filhos localizado no Córrego do Ouro município de Imbé de Minas – MG no local de coordenadas UTM Lat. 189176 e Long. 7823040, fuso 24K, WGS84, com área total 24,0409ha. A área requerida conforme anexo I é a supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo em 2,0ha em vegetação classificada como floresta estacional semidecidual, em estágio médio de regeneração do Bioma Mata-Atlântica.

3.2. Cadastro Ambiental Rural

- Número do registro: MG-3130556-95DDAC0D52A84771AE4330D9CA2C91D2

- Área total: 24,0088ha

- Área de reserva legal: 4,8132 ha

- Área de preservação permanente: 1,7392 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 9,4145 ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

(X) A área está preservada: 4,8132 ha

() A área está em recuperação: ha

() A área deverá ser recuperada: ha

- Formalização da reserva legal:

(X) Proposta no CAR () Averbada () Aprovada e não averbada

- Número do documento: MG-3130556-95DDAC0D52A84771AE4330D9CA2C91D2

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(X) Dentro do próprio imóvel () Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: A Reserva Legal foi locada em um único fragmento.

- Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente.

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

A Intervenção Ambiental requerida é a supressão da cobertura vegetal nativa, com destoca para uso alternativo do solo em uma área de 2,0ha, vegetação classificada como floresta estacional semidecidual em estágio médio de regeneração do bioma Mata-Atlântica.

Durante a vistoria foi possível verificar que a intervenção requerida, numa área total de 2,0ha situa-se fora da área de preservação permanente, entretanto constatamos que essa área requerida está localizada dentro do polígono delimitado como área de Reserva Legal demarcada no CAR (fl.11-13) e confirmada através de consulta no google earth e no site IDE-SISEMA de Georeferenciamento Geoespacial.

Da análise do Plano Simplificado de Utilização Pretendida a área requerida de 2,0ha tem uso proposto, com obtenção de DAIA, para uso alternativo do solo destinado a agricultura familiar para uso de cultivo de café e demais culturas intercaladas na forma de diversificação da propriedade (fl.16).

4.1. Das eventuais restrições ambientais

- Vulnerabilidade natural: Baixa
- Prioridade para conservação da flora: Muito Baixa
- Prioridade para conservação Biodiversitas: Fora da área

- Unidade de conservação: Fora de área
- Área indígenas ou quilombolas: Fora de área
- Outras restrições: não há

4.2. Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel

- Atividades desenvolvidas: Agricultura familiar.
- Atividades licenciadas: Não se aplica
- Classe do empreendimento: Não se aplica
- Critério locacional: Não se aplica
- Modalidade de licenciamento: Não se aplica
- Número do documento: Não se aplica

4.3. Vistoria realizada

Em vistoria realizada "in loco" no dia 18 de fevereiro de 2020 em companhia do técnico Márcio Lima do Amaral da Aflobio de Taparuba-MG, tendo a presença do proprietário o Sr. Onofre Nascimento dos Reis, onde percorremos o local da intervenção ambiental requerida com coordenadas UTM de fuso 24k Lat. 189176 Long. 7823040, localizada no município de Imbé de Minas-MG, constatamos: A propriedade desenvolve o cultivo da cultura de café em regime de agricultura familiar em área de uso consolidado e o local da intervenção ambiental onde foi requerida a supressão da cobertura vegetal nativa com destoca em 2,0ha para uso alternativo do solo possui relevo plano-ondulado, topografia oscilando de 10º a 20º, solo LVA textura média e vegetação classificada como floresta estacional semidecidual em estágio médio do bioma Mata Atlântica.

Foi possível verificar que a intervenção requerida, situa-se fora da Área de Preservação Permanente, entretanto constatamos que essa área requerida está localizada dentro do polígono delimitado como área de Reserva Legal demarcada no CAR (fl.11-13) e confirmada através de consulta ao site IDE-SISEMA de Georeferenciamento Geoespacial.

4.3.1. Características físicas

- Topografia: topografia oscilando de 10º a 20º
- Solo: LVA textura média
- Hidrografia: Área de APP de 1,7392ha, Córrego do Ouro e Rio Preto, Bacia Hidrográfica do Rio Doce e Sub-Bacia do Rio Caratinga.

4.3.2. Características biológicas

- Vegetação: Bioma Mata Atlântica, vegetação em estágio médio classificada como floresta estacional semidecidual.
- Fauna: Não observada no ato a vistoria.

4.4. Alternativa técnica e locacional

Não se aplica.

4.5. Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras

Não se aplica.

5. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Não se aplica.

5.1. Relatório de Cumprimento de Condicionantes

Não se aplica.

6. ANÁLISE TÉCNICA

Analisando o requerimento para intervenção ambiental solicitando a supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo em uma área de 2,0ha, verifica-se tratar de vegetação secundária em estágio médio de regeneração natural do Bioma Mata Atlântica (Lei Federal nº 11,428/2006), área esta localizada dentro do polígono delimitado como área de Reserva Legal demarcada no CAR (fl.11-13) e confirmada através de consulta ao site IDE-SISEMA de Georeferenciamento Geoespacial.

7. CONCLUSÃO

Por fim, sugere-se o INDEFERIMENTO do processo de solicitação para intervenção ambiental de supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca para uso alternativo do solo da área de 2,0ha, não sendo passível de liberação tendo em vista área solicitada estar dentro do polígono delimitado como Reserva Legal demarcada no CAR (fl.11-13).

8. Condicionantes

Não se aplica.

Assim sendo, subscrevo o devido parecer.

Ipanema/MG, 29 de abril de 2020.

13. RESPONSÁVEL (IS) PELO PARECER TÉCNICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)

CHRISTÓVÃO ITAIDES DA ROCHA - MASP: 1.021.072-2

14. DATA DA VISTORIA

terça-feira, 18 de fevereiro de 2020

15. PARECER JURÍDICO, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS

CONTROLE PROCESSUAL Nº 067/2020

Cuida-se de manifestação referente ao Processo Administrativo nº 0401000629/18, cuja Requerente é a pessoa física Onofre Nascimento dos Reis, CPF nº 406.664.176-87, para fim de Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo, numa área de 2,0ha., numa propriedade rural denominada Sítio Pais e Filhos, situada na zona rural do Município de Imbé de Minas, segundo o Requerimento de fls. 04.

A Manifestação Técnica juntada traz a sugestão de Indeferimento à solicitação, conforme segue:

"6. ANÁLISE TÉCNICA

Analisando o requerimento para intervenção ambiental solicitando a supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo em uma área de 2,0ha, verifica-se tratar de vegetação secundária em estágio médio de regeneração natural do Bioma Mata Atlântica (Lei Federal nº 11,428/2006), área esta localizada dentro do polígono delimitado como área de Reserva Legal demarcada no CAR (fl.11-13) e confirmada através de consulta ao site IDE-SISEMA de Georeferenciamento Geoespacial.

7. CONCLUSÃO

Por fim, sugere-se o INDEFERIMENTO do processo de solicitação para intervenção ambiental de supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca para uso alternativo do solo da área de 2,0ha, não sendo passível de liberação tendo em vista área solicitada estar dentro do polígono delimitado como Reserva Legal demarcada no CAR (fl.11-13)."

Não obstante a condição de agricultor familiar, para o qual há possibilidade jurídica de supressão de vegetação em estágio médio de regeneração natural por Requerente que comprove ser agricultor familiar, tal supressão não poderá incidir sobre área destinada para a reserva legal, por força dos artigos 24 e 25 da Lei Estadual nº 20.922/2013. Verbatim:

Art. 24. Considera-se Reserva Legal a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos desta Lei, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e da biodiversidade, abrigar a fauna silvestre e proteger a flora nativa.

Art. 25. O proprietário ou possuidor de imóvel rural manterá, com cobertura de vegetação nativa, no mínimo 20% (vinte por cento) da área total do imóvel a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as APPs, excetuados os casos previstos nesta Lei.

Portanto, no caso em análise, o pedido é juridicamente impossível quanto ao caso concreto. Por conseguinte, prejudicada as demais análises referentes ao feito.

CONCLUSÃO

Ex positis, opinamos pelo INDEFERIMENTO do feito com base no Parecer Técnico e nas disposições legais apontadas neste Controle Processual.

O presente feito deverá ser encaminhado ao Núcleo de Regularização e Controle Ambiental para fins de certificação da exatidão do valor das taxas recolhidas (f. 03), bem ainda manifestação sobre demais taxas, custos, emolumentos, e reposição florestal porventura incidentes neste feito.

A competência decisória é da Supervisora Regional da URFBio Rio Doce, nos termos do artigo 38, parágrafo único, inciso I, uma vez que o Anexo III do Parecer Único, item 5.2 (f. 36) informa que o imóvel não está situado em área considerada prioritária para conservação da biodiversidade.

Esclarecemos que, conforme do inciso XI, do artigo 14, da Lei Estadual 21.972/2016 e artigo 3º, inciso XVIII do Decreto Estadual 46.953/16, a competência para a decisão administrativa será da URC do COPAM quando se tratar de pedido de supressão de vegetação em estágio médio de regeneração natural do bioma Mata Atlântica que esteja situada em área prioritária para conservação da biodiversidade (interpretação legal dada pelo Memorando-Circular nº 1/2019/IEF/DG, doc. SEI 3626413). Vejamos:

Art. 14. O Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam - tem por finalidade deliberar sobre diretrizes e políticas e estabelecer normas regulamentares e técnicas, padrões e outras medidas de caráter operacional para preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos ambientais, competindo-lhe:

.....(omissis)

XI - decidir sobre os processos de intervenção ambiental, nos casos em que houver supressão de vegetação secundária em estágio médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica e em áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade definidas em regulamento.

Art. 3º. O Copam tem por finalidade deliberar sobre diretrizes e políticas e estabelecer normas regulamentares e técnicas, padrões e outras medidas de caráter operacional para a preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos ambientais, competindo-lhe:

.....(omissis)

XVIII - decidir, por meio de suas Unidades Regionais Colegiadas - URCs -, sobre os processos de intervenção ambiental, nos casos em que houver supressão de vegetação secundária em estágio médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica e em áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade de empreendimentos não passíveis de licenciamento ambiental ou passíveis de licenciamento ambiental simplificado.

Esclarecemos que, ante seu caráter meramente opinativo, o presente Controle Processual não tem força vinculativa aos atos a serem praticados pela autoridade decisória.

Sobre o caráter meramente opinativo desta manifestação, lecionou a Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais no Parecer 16.056, de 21 de novembro de 2018, cujo trecho trazemos à colação:

"No mesmo sentido expõe Rafael Carvalho Rezende Oliveira, acrescentando que o dever de administrar e, portanto, praticar atos nesse sentido, é da autoridade administrativa, não podendo ser transferido tal múnus ao Advogado Público.

Ainda que a lei estipule a obrigatoriedade da consulta, como de fato ocorre com as licitações, NÃO É o parecer ato jurídico que produzirá os efeitos almejados pela norma (contratação ou não pela Administração Pública; mediante licitação ou com a sua dispensa).

Exatamente por isso se entende que o parecer não é impugnável por mandado de segurança, ou qualquer outro tipo de ação pleiteando a sua invalidação. Não possui o parecer o condão de produzir efeitos concretos às partes licitantes, inclusive ao administrador público, sendo, pois, instrumento de ponderação para a tomada da decisão administrativa.

Ainda que seja controversa a natureza jurídica do parecer (se de ato administrativo consultivo, execução ex officio de lei, etc.), vários doutrinadores entendem que o parecer não enseja a vinculação da tomada do ato administrativo decisório, porquanto constituiria o parecer meramente uma consulta administrativa.

(...)

Por fim, o parecer não é ato administrativo de gestão, necessitando de confirmação pelo administrador, a quem cabe responsabilidade pelas decisões tomadas.

É como submetemos à consideração superior.

Governador Valadares, 07 de julho 2020.

Clayton Carlos Alves Macedo
Gestor Ambiental
Unidade Regional Rio Doce
MASP 615160-9

16. RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO (NOME, MATRÍCULA, ASSINATURA E CARIMBO)

CLAYTON CARLOS ALVES MACEDO -

17. DATA DO PARECER

segunda-feira, 20 de julho de 2020